

4 Conclusão

Em Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre identificamos um pensamento centrado na questão nacional, que buscava definir a especificidade da nação brasileira e identificar os traços característicos do povo brasileiro. A questão da cultura aparece aí associada ao problema da nação e de sua unidade: ora aparece como fundamento desta unidade, ora como obstáculo à coesão social. De um ou de outro modo, seja partindo de pressupostos positivistas, historicistas ou marxistas, esta cultura é pensada de modo amplo e articulado ao conjunto das atividades do homem. Nesse sentido, ao tentar caracterizar a sociedade brasileira como uma unidade específica, estes historiadores focalizam aquilo que fundamenta esta unidade, deparando-se com o papel determinante das relações com a metrópole para o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil enquanto nação. As relações sociais estabelecidas no processo de colonização aparecem, nessas análises, como traços constitutivos da unidade nacional – e como problemas a serem resolvidos.

Assim, por caminhos diferentes, estes intelectuais chegam a uma definição do *caráter* da sociedade brasileira, de sua especificidade nacional. Entretanto, com exceção de Gilberto Freyre, para nenhum deles este caráter ou vocação parece ter se realizado plenamente. A identificação de problemas na realidade brasileira, de obstáculos a uma determinada forma de desenvolvimento, fundamenta, em suas análises, uma avaliação capaz de pautar uma ação política conseqüente.

Deste modo, nas visões que estes autores produziram sobre o passado encontramos ecos das transformações por que passava a sociedade brasileira, em especial do processo de aceleração do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, nesse momento estimulado diretamente pelo Estado. Frente a esse processo, Gilberto Freyre levanta a bandeira do regionalismo na defesa da especificidade nordestina, especificidade esta que é vista pelos outros autores trabalhados como um obstáculo a uma sociedade coesa, solidamente integrada. Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior identificam, respectivamente, a

“herança lusitana” e o caráter de empreendimento mercantil da sociedade brasileira como obstáculos ao pleno desenvolvimento do Brasil enquanto nação, seja este Brasil pensado idealmente como uma nação democrática, ou como formação histórica capitalista plenamente desenvolvida, na qual poderiam se forjar as condições para a construção de uma sociedade socialista.

O procedimento de tomar a sociedade brasileira como uma unidade fica evidente já nos títulos dos trabalhos publicados até os anos 1970: *Formação do Brasil contemporâneo*, *Formação econômica do Brasil*, *Modos de produção e realidade brasileira*, *Raízes do Brasil* etc. É somente a partir dos anos 1960-70 que surgem de maneira significativa trabalhos mais especializados, centrados particularmente na questão da escravidão.

A historiografia desse período, por sua vez, traz as marcas do pensamento marxista e das questões colocadas pela escola dos Annales. Caracteriza-se por uma postura crítica em relação à tradicional história positivista, constituindo assim uma *renovação* do conhecimento histórico; por outro lado mantém vigente, ainda, o pressuposto do realismo do conhecimento histórico. A realidade aparece, aqui, como objetivamente determinada (e não como amontoado caótico de fatos), pressupondo-se uma correspondência entre a teoria e o processo histórico que se pretende explicar. A realidade histórica continua, portanto, a ser tomada como uma totalidade orgânica, em que as diversas esferas da atividade humana encontram-se articuladas por determinadas relações que garantem a continuidade da estrutura ou sistema social. Assim, as teorias do *Antigo sistema colonial*, de Fernando Novais, ou do *modo de produção escravista colonial*, de Gorender e Ciro Cardoso, pretendem dar conta das necessidades a que a forma de exploração escravista colonial responde e das contradições geradas nesse processo, que permitem explicar o processo de transição para um novo modo de produção.

As críticas desferidas contra esta perspectiva vieram de várias direções e desembocaram em propostas diversificadas. Não pretendíamos, aqui, dar conta da totalidade destas críticas e dos caminhos propostos a partir delas, centrando-nos nos trabalhos em que, em contraposição a esta história teórica e generalizante, se propõe um enfoque sobre a particularidade; em que, ao invés de se atentar para as estruturas e as determinações que atuam sobre os escravos, tenha-se tentado captar o escravo em sua subjetividade, em sua autonomia, afirmando ser este o caminho para se resgatar o papel ativo dos escravos no estabelecimento das relações

escravistas.

Selecionamos, então, autores que, a despeito de suas especializações, compartilham da opinião de que na história produzida até os anos setenta no Brasil predominava uma perspectiva totalizante, estrutural, econômica, generalizante, que atentava para o papel que o escravo desempenhava no sistema, sendo considerada, por isso, incapaz de perceber as particularidades da experiência do escravo. Através desta oposição, apresentam a história que escrevem como “nova” e como um “avanço” em relação à historiografia anterior. Estes novos estudos, influenciados pela produção norte-americana sobre o tema da escravidão, pelo viés cultural de Thompson, pela antropologia, pela microhistória e pela nova história cultural, e fundamentados nas novas pesquisas possibilitadas pela difusão dos cursos de pós-graduação em História no país, teriam, em comum, o mérito de resgatar o papel ativo desempenhado pelo escravo na história.

Propomos como hipótese a idéia de que a construção desta perspectiva vem associada a um processo de fragmentação do conhecimento histórico, no qual se estabelecem novos critérios de legitimação deste conhecimento, a saber, o embasamento documental e o rigor metodológico, ficando num segundo plano a questão do papel da teoria na produção historiográfica.

Segundo Francisco Calazans Falcon, esta tendência à fragmentação, que não se restringe à historiografia brasileira, vem se acentuando desde a segunda metade dos anos 1980:

... Até os começos dos anos 1980 ainda era viável opor dois tipos ou duas identidades de historiadores – o tipo tradicional e o tipo moderno ou inovador. A partir daí, no entanto, novas formas de diferenciação surgiram em função de alguns complicadores, a começar, por exemplo, com a recepção dos textos de Foucault e de Thompson, dando origem a tendências variadas no interior da Nova História (...). Todavia, não se estava apenas diante de campos diferenciados do saber histórico; as diferenças logo se mostraram bem mais profundas entre os que praticavam uma história estrutural, ancorada na categoria de totalidade, dando ênfase ao tratamento quantitativo e partindo de pressupostos metodológicos precisos, e os historiadores fascinados pelas novas possibilidades de investigação resultantes da utilização de teorias sociológicas e antropológicas de mistura com propostas marxistas ou neomarxistas de várias procedências. Completando esta tendência que conduzia à fragmentação, veio a implosão das chamadas grandes teorias, quer dizer, basicamente, o marxismo.¹⁵⁷

Ciro Cardoso também identifica na historiografia atual uma tendência à fragmentação do objeto histórico, caracterizada como uma passagem das

¹⁵⁷ FALCON, Francisco Calazans. “A identidade do historiador”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 7-30, 1996, p. 12.

explicações históricas totalizantes¹⁵⁸, que visavam articular os diversos níveis da realidade buscando explicá-las a partir de determinações comuns, para análises centradas em aspectos particulares da realidade social – “existiria, então, uma história das mulheres, uma história dos negros, uma história dos homossexuais, uma história construída em torno de interesses ecológicos, em relação a Chipre, uma história grega e outra turca etc.". Esta visão é considerada, pelo autor, uma perspectiva subjetivista, uma vez que, em lugar de uma história, haveria histórias "de' e 'para' determinados grupos definidos por dadas posições - constituindo, estas, 'lugares de onde se fala' -, o que significa que, ao escrever, um historiador dirigir-se-ia, na realidade, a um destes grupos, aquele que partilhe com ele as premissas que constroem o seu discurso”¹⁵⁹.

Este movimento de fragmentação do objeto histórico, ainda segundo Cardoso, corresponde a transformações no mundo contemporâneo, que vão desde as mudanças nos modos de organização do trabalho, às derrotas do movimento sindical em âmbito mundial – que têm como marco a violência empregada por Thatcher na repressão à greve dos mineiros na Inglaterra –, às novas formas de comunicação etc. Isso sem falar no efeito provocado no mundo capitalista pela queda dos regimes socialistas soviético e alemão, a qual gerou um enorme ceticismo quanto à possibilidade de uma explicação marxista da história, ou de uma transformação revolucionária da sociedade levada a cabo pela classe operária.

Por trás desse desnorteamento, estão os processos articulados de intensificação da exploração e de desmobilização das organizações dos trabalhadores, que vêm resultando na flexibilização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego e do trabalho informal, nas reformas da CLT etc. e que correspondem a um movimento pela redução dos custos de produção, tentativa de superação capitalista da longa fase depressiva que o sistema atravessa

¹⁵⁸ Parafreaseando Pierre Vilar, Ciro Cardoso e Héctor Pérez Brignoli assim caracterizam a "história total": "a 'história total' não consiste na tarefa impossível de 'dizer tudo sobre tudo', mas 'somente em dizer aquilo de que o todo depende e aquilo que depende do todo". VILLAR, Pierre. "Historia marxista, historia em construcción. Ensayo de diálogo com Althusser". In: CARDOSO, C. e BRIGNOLLI, H. P. (orgs.). *Perspectivas de la historiografía contemporánea*, Secretaría de Educación Pública. México, 1976, p. 157. Apud CARDOSO, C. e BRIGNOLLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 68.

¹⁵⁹ CARDOSO, Ciro. "Epistemologia...". Op. cit., p.17.

desde os anos 1970¹⁶⁰.

Em relação ao contexto histórico brasileiro em que estas novas visões se constituem, Renata Barbosa aponta para a importância do processo de abertura democrática que se desenrola em meados da década de 1980:

A campanha pelas “Diretas já” em 1985, o ressurgimento de um movimento operário forte, a formação e progressivo crescimento do Partido dos Trabalhadores e de outras forças políticas de esquerda, a emergência de movimentos sociais de luta e reivindicação como os de consciência negra e feministas, a elaboração da nova Constituição em 1988 (que avançava do ponto de vista do ordenamento jurídico, no combate ao racismo e à discriminação social, transformando-a em crime imprescritível e inafiançável, e a concretização da figura jurídica dos “remanescentes de Quilombos”) e a criação, também em 1988, da Fundação Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura que configurava-se numa espécie de guardião da herança cultural negra no Brasil, sinalizavam a entrada de novos atores no cenário político, exigindo uma reformulação dos horizontes intelectuais orientadores do nosso pensamento social.¹⁶¹

A percepção destes novos agentes sociais, associada ao impacto provocado pelo fim do socialismo na URSS e pela queda do muro de Berlim, teria estimulado um novo pensamento social e resultado na “implosão do marxismo”, inaugurando uma tendência à fragmentação do conhecimento histórico.

Esta “nova história” caracteriza-se assim por um alto grau de especialização que vem associado ao embasamento da construção do conhecimento histórico no trabalho com as fontes¹⁶². Esta especialização cinde os temas pesquisados, levando, no que se refere ao primeiro conjunto de autores aqui analisados, ao abandono da dimensão colocada pela questão nacional. A questão urgente da época da publicação das obras de Caio Prado Jr., assim como de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque de Holanda, parece ter desaparecido como problema na contemporaneidade para nossos novos historiadores. A cultura era trabalhada – nos três autores – no âmbito de um problema colocado pela sociedade brasileira na década de 1930 e suas profundas fissuras e recomposições. Atualmente, através

¹⁶⁰ Idem, p. 10. Sobre o assunto, ver também ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 2ª edição, São Paulo: Editorial Boitempo, 2000; Idem. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 3ª edição, São Paulo: Editorial Boitempo, 1999; SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1999; CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, 2ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

¹⁶¹ BARBOSA, Renata Corrêa Tavares. *Desvios do olhar: a escravidão na historiografia brasileira recente*. Rio de Janeiro, 2001, 139 p. Dissertação de mestrado, PUC-Rio, p. 19-20.

¹⁶² Para compreender este recurso às fontes como garantia de legitimidade do conhecimento produzido pelos historiadores profissionais, também é preciso levar em conta os efeitos dos ataques dos pós-modernos à cientificidade, racionalidade e especificidade da História.

de uma História cultural, pretende-se apreender as particularidades dos diversos grupos sociais que compunham o quadro da sociedade escravista aqui vigente até o século XIX.

Em relação à produção historiográfica dos anos 1970, a negação da perspectiva “totalizante” da história se apóia sobre a antítese entre cultura e economia: aqueles historiadores, centrados exclusivamente sobre os aspectos econômicos da realidade escravista colonial, não perceberiam os espaços de autonomia dos escravos, nos quais estes desenvolveriam uma cultura e uma visão de mundo próprias. Deste ponto de vista, negam-se as teorias mais gerais, como a de Gorenader, que considera que

[Nas formações sociais centradas no modo de produção escravista], a escravidão é a base econômica que dá fundamento a todas as esferas da vida social e se interpenetra com a política, o direito, a moral os costumes da vida cotidiana, a psicologia coletiva e manifestações espirituais como as religiosas, artísticas, filosóficas e outras.¹⁶³

A tensa – ou dialética – dinâmica temporal na qual mergulham os autores anteriores, entre os problemas contemporâneos e o processo histórico, se modifica substantivamente na atualidade. Esta dinâmica vem sendo substituída, em alguns casos, por uma perspectiva para a qual as “novidades” históricas não são mais vistas como algo que se desdobra num tempo comum a todos, social, mas que se resumem a uma forma “nova” de abordar tecnicamente o problema. Este, a rigor, sequer é mais formulado. Noutros casos, entretanto, essa dialética temporal é retomada, ainda que de forma “discreta” ou por seu avesso. Recusando-se abertamente a pensar a cultura como totalidade contraditória, procedimento que criticam como “ultrapassado” ou como perspectiva “totalitária”, adotam resolutamente o ponto de vista de um dos grupos sociais, identificando-se plenamente com ele. O problema da atualidade não é mais a produção social da desigualdade, mas a forma de viver, de experimentar a desigualdade – especialmente o racismo no caso brasileiro ou as formas “afetivas” da vida social.

¹⁶³ GORENDER, Jacob. *A escravidão...*, op. cit., p. 88.